



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
COMISSÃO PREVENÇÃO ENFRENTAMENTO ASSÉDIO MORAL, ASSÉDIO SEXUAL E DA D

**ATA DE REUNIÃO CPEAMSDTRE**

<b>COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, DO ASSÉDIO SEXUAL E DA DISCRMINAÇÃO NO ÂMBITO DO TRE-PR</b>	
1) Ata de Reunião	
<b>2) COMPOSIÇÃO DA EQUIPE</b>	<b>UNIDADE</b>
Dra. Adriana de Lourdes Simette	Juíza Substituta da Corte
Dr. Marcelo Quentin	Juiz da 54ª Zona Eleitoral de Sengés
Jany da Silveira	Assessoria de Atenção à Saúde - Terceirizada
Paulo Cezar Ribeiro	Seção de Gestão e Logística de Materiais
Silvana Primila	169ª Zona Eleitoral de Campina da Lagoa
Rosicleia Augustin Pereira	Assessoria de Atenção à Saúde
Mariana Silva Arakawa	Seção de Contas Eleitorais
Rogério Takayassu Lemos	Seção de Educação para a Cidadania Política
Anderson Cardoso de Magalhães	021ª Zona Eleitoral de Siqueira Campos
3) <b>Data/Hora/Local da Reunião:</b> 24/10/2025 – 14h30 – Sala de Reuniões da Diretoria-Geral	
<p>Participaram da reunião os membros da CPEAMSD TRE: Dra. Adriana de Lourdes Simette, Paulo Cezar Ribeiro, Mariana Silva Arakawa, Anderson Cardoso de Magalhães e Rogério Takayassu Lemos. Ausências: Dr. Marcelo Quentin, em razão das atividades do juízo, Silvana Primila, em razão de estar em férias, Rosicleia Augustin Pereira e Jany da Silveira.</p> <p>A reunião iniciou-se com as apresentações, primeiro a Dra. Adriana, como presidente indicada recentemente devido à nomeação para atuar como substituta da corte, expôs que teve diversas experiências anteriores na seara eleitoral e que participou da equipe que editou a resolução 351/2020. Atuou também no projeto Mulheres na Política e que atuará na Propaganda Eleitoral em 2026. Agora gostaria de ficar a par de quais nossas metas e desafios, especialmente aqueles que estão ligados ao selo do CNJ. Em seguida: Anderson disse que está a 2 anos no TRE e tem 14 anos de experiência no MPE, local em que, inclusive, passou por um episódio de discriminação. Mariana, que está na comissão há 2 anos e participa do Núcleo de Diversidade e Inclusão, além disso informou que também passou por uma situação de discriminação, aqui no TRE-PR mesmo. Paulo, que está na comissão desde a primeira composição, assim como Silvana Primila, informou estar no último período do curso de Direito e terminando uma pós graduação em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global, ter conhecimento de diversos setores, inclusive tendo ocupado o cargo de chefe de cartório por 2 anos e, por ser integrante da equipe de apoio, além de ter sido designado para esta tarefa, atuou em diversos cartórios eleitorais do interior do Estado. Rogério atuou na advocacia trabalhista e posteriormente teve experiência em diversos setores da sede e em cartórios eleitorais de Curitiba e região metropolitana nos 33 anos que está completando de casa.</p> <p>Quanto à pesquisa de assédio: Vamos estudar o protocolo proposto pelo CNJ para verificar se há necessidade de modificação. Paulo fará o repasse das questões aplicadas anteriormente para os demais membros avaliarem se precisará de algum ajuste.</p> <p>Para terceirizados: Paulo lembrou que a atuação da comissão também diz respeito a eles, e que não foi feita uma ação específica ainda. Além disso, algumas categorias não têm acesso à rede de informática para que tenham acesso ao material disponibilizado na página do tema. A Dra. Adriana sugeriu pequenas reuniões com eles para abordar o tema, estilo roda de conversa.</p> <p>Campanhas: Paulo lembrou que dentre as tarefas da comissão para obtenção do selo, está a</p>	

realização de campanha sobre o tema. Sugeriu que fosse enviada em média uma matéria por mês. A Dra. Adriana lembrou que devemos focar os esforços até maio ou junho pois depois disso todos os esforços estarão voltados à realização do pleito. Paulo fará uma minuta de plano de ação para a campanha.

O controle interno recentemente perguntou à comissão sobre a realização de uma ação específica para gestores, porém o curso de desenvolvimento gerencial teve um módulo sobre assédio. A doutora Adriana solicitou que, para evitar duplicidade de ações, seja feita uma enquete sobre o que eles acharam, como se sentiram, que temas foram apresentados, o que consideram que faltou e quais as dúvidas quanto ao tema permaneceram. Assim será possível avaliar a necessidade de novas ações.

A dra. Adriana pontuou que é necessário estar em todos os cursos de capacitação de servidores egressos, gestores, para que se possa entender e construir um ambiente de prevenção. Lembrar que há questões culturais a serem consideradas e modificadas, que é preciso que a pessoa entenda que os tempos mudam. Ainda é preciso falar no assunto para amadurecer enquanto seres humanos, de forma empática. Não serão todos que entenderão, mas será válido para aqueles que entenderem.

Para o Encontro das comissões, no CNJ em Brasília, dias 17 e 18/11/2025 foi aprovada a ida da presidente da comissão e de um servidor à sua escolha. Candidatou-se à vaga o servidor Rogério Takayassu e ficou de ser confirmado mais algum interessado até a segunda-feira, 28/10 para viabilizar o pedido de diárias. A dra. Adriana ressaltou que esse evento é importante para entender melhor as questões e conhecer pessoas, inclusive algumas que podem ser convidadas a palestrar.

Definir os temas para as rodas de conversa e utilizar princípios de Justiça Restaurativa. A roda não é lugar para ampliar queixas ou denúncias, mas para trabalhar a escuta qualificada. Deve ser em círculo e ter uma condução para que chegue ao objetivo. Questões que trazem descontentamento podem ter soluções simples, por isso é preciso ouvir.

Resumo de tarefas:

- Revisão do Questionário para a reunião conjunta de 31/10
- Plano de Ação do Calendário de Eventos
- Definir servidor(a) que irá no encontro de comissões no CNJ.

#### 4) OBSERVAÇÕES GERAIS:

Reunião conjunta com a Comissão do 1º grau em 31/10 para tratar do Questionário.

#### 5) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Paulo Cezar Ribeiro, secretário da comissão, lavrei a presente ata.

**Dra. Adriana de Lourdes Simette**

Presidente da Comissão



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA DE LOURDES SIMETTE**, Membro, em 25/02/2026, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pr.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pr.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0196008** e o código CRC **A61A27A9**.